

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

PESSOA COLETIVA DE DIREITO PÚBLICO n.º 506 811 883

**NORMAS PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO À NATALIDADE NO CONCELHO DE PAMPILHOSA DA
SERRA**

"A MINHA PRIMEIRA AJUDA"

NOTA JUSTIFICATIVA

O concelho de Pampilhosa da Serra tem sofrido ao longo dos últimos anos uma acentuada diminuição da taxa de natalidade, associada aos problemas de interioridade, característicos dos territórios do interior do país.

Associados a tal problemática, o vertiginoso envelhecimento das populações e a diminuição da fixação de casais jovens no concelho levam a um preocupante despovoamento do território pampilhosense, com consequências sociais e económicas que tanto tem vindo a preocupar o Município de Pampilhosa da Serra e os seus decisores políticos;

Considerando a insuficiência de medidas específicas a nível nacional que, neste âmbito, possam contribuir para a solução ou atenuação de tais problemas;

Considerando que, não obstante o trabalho que a Autarquia tem vindo a desenvolver na captação de investimentos que criem postos de trabalho e consequentemente fixação de pessoas, a situação não se tem vindo a inverter;

Na sequência do enunciado atrás, urge promover e reforçar algumas medidas, que possam contribuir para a inversão desta situação, sendo cada vez mais imprescindível a intervenção dos Municípios no apoio e incentivo à fixação da população num território com tendência para o despovoamento.

Neste sentido, o Município de Pampilhosa da Serra pretende, através da medida intitulada "A MINHA PRIMEIRA AJUDA", apoiar a natalidade no concelho de Pampilhosa da Serra promovendo, paralelamente, a economia local; no pressuposto da sua concessão ser universal, condicionada apenas à naturalidade e residência no concelho de Pampilhosa da Serra, e reforçada com o nascimento do terceiro filho.

Assim, sendo do interesse do Município reforçar as políticas de apoio que contribuam para o aumento da natalidade, para a melhoria das condições de vida dos recém-nascidos do concelho e para a promoção e fomento do comércio local, reforçando *outrossim* o seu empenho na resolução dos problemas sociais dos seus munícipes;

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

PESSOA COLETIVA DE DIREITO PÚBLICO n.º 506 811 883

Atendendo às atribuições dos municípios e competências dos órgãos municipais, no que diz respeito à ação social, prevista na al. c) do nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, foi elaborado o presente documento que estabelece as Normas para atribuição de Apoio à Natalidade, no concelho de Pampilhosa da Serra, para o período compreendido entre a data da respetiva aprovação em reunião de Câmara e 1 de dezembro de 2013.

ARTIGO 1º

Âmbito e objetivo

O presente documento aplica-se à área geográfica do concelho de Pampilhosa da Serra e visa estabelecer as normas para atribuição do apoio à natalidade, a conceder pelo Município de Pampilhosa da Serra às crianças nascidas entre a data de aprovação do presente documento, em reunião do Executivo Camarário, e 1 de dezembro de 2013 (inclusive).

ARTIGO 2º

Valor do Apoio

O valor do apoio a atribuir é de 1.500,00 € (mil e quinhentos Euros) pelo nascimento do primeiro e segundo filho e de 5.000,00 € (cinco mil Euros) pelo terceiro filho e seguintes.

ARTIGO 3º

Forma de Atribuição

1 – O apoio à natalidade consiste na atribuição de vales de compras de 50,00 Euros, aos progenitores de todas as crianças (ou às pessoas indicadas no artigo 7º) registadas no concelho de Pampilhosa da Serra, cumpridas que sejam todas as condições constantes do presente documento.

2 – O apoio à natalidade a conceder pelo nascimento do primeiro e segundo filhos será efetivado por uma só vez, mediante a atribuição de trinta vales de compras.

3 – O apoio à natalidade a conceder pelo nascimento do terceiro filho e seguintes será faseado e efetivado por três vezes, da seguinte forma:

3.1 - Mediante a atribuição de 40 vales de compras no primeiro ano de vida da criança e após a formalização do processo de atribuição do apoio, os quais terão a validade de um ano;

3.2 - Desde que sejam mantidos os pressupostos, estabelecidos no presente documento, que o permitam e mediante a apresentação dos documentos referidos no artigo 10º, datados de (até)

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

PESSOA COLETIVA DE DIREITO PÚBLICO n.º 506 811 883

30 dias antes da solicitação, serão atribuídos 30 vales de compras no segundo ano de vida da criança, os quais terão a validade de um ano;

3.3 - Desde que sejam mantidos os pressupostos, estabelecidos no presente documento, que o permitam e mediante a apresentação dos documentos referidos no artigo 10º, datados de (até) 30 dias antes da solicitação, serão atribuídos 30 vales de compras no terceiro ano de vida da criança, os quais terão a validade de um ano.

4 – Os vales de compras destinam-se à aquisição de bens essenciais para as crianças, nomeadamente: acessórios e produtos de alimentação para a criança (p. ex.: biberões, tetinas, esterilizador, cadeira de alimentação, leite, farinhas, iogurtes, boiões de fruta/sopa,...), produtos de saúde/higiene/conforto (p. ex.: vacinas não contempladas no P.N.V., medicação para bebés, fraldas, toalhetes, cremes/pomadas, shampoo, gel de banho,...), mobiliário (p. ex.: berço, cama de grades, colchão,...), grande puericultura (p. ex.: cadeira auto, carro de passeio, espreguiçadeira, parque,...), calçado e vestuário e roupa de cama; assim como ao pagamento das mensalidades devidas às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) do concelho pela frequência das valências de creche e jardim de infância, por parte das crianças beneficiárias do apoio a que respeita o presente documento.

ARTIGO 4º

(Dedução dos vales de compras)

1 – Os vales de compras, no valor de 50,00 Euros cada, só poderão ser descontados nos estabelecimentos licenciados, aderentes à presente iniciativa.

2 – No caso do apoio à natalidade pelo nascimento do primeiro e segundo filhos, os trinta vales de compras serão entregues conjuntamente, por uma só vez, a solicitação dos progenitores da criança ou das pessoas indicadas no artigo 7º do presente documento. Para tal, deverão dirigir-se ao Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, a fim de se candidatarem à atribuição do apoio.

3 – No caso do apoio à natalidade pelo nascimento do terceiro filho e seguintes, os cem vales de compras serão entregues por três vezes, atentas as condições referidas no artigo anterior, a solicitação dos progenitores da criança ou das pessoas indicadas no artigo 7º do presente documento, devendo dirigir-se ao Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, a fim de se candidatarem à atribuição e verificação das condições para a manutenção do apoio.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

PESSOA COLETIVA DE DIREITO PÚBLICO n.º 506 811 883

ARTIGO 5º

(Autenticação dos vales de compras)

Cada vale de compras contém o valor do mesmo (50,00 Euros), um código sequencial atribuído a cada família, a assinatura do Senhor Presidente da Câmara Municipal, devidamente autenticada com o selo branco do Município de Pampilhosa da Serra, bem como a identificação da criança e seus progenitores, ou das pessoas indicadas no artigo 6º, sendo apostas as respetivas assinaturas nos mesmos.

ARTIGO 6º

(Obrigações dos comerciantes e IPSS)

1. Após a efetivação das compras ou do pagamento das mensalidades devidas pela frequência de creche ou jardim de infância e, conseqüentemente, a dedução e entrega dos vales de compras nos estabelecimentos e IPSS aderentes, incumbe ao senhor comerciante e ao responsável pela IPSS a devolução dos vales, acompanhados da fatura/recibo que lhe deu origem, ao Gabinete de Ação Social do Município de Pampilhosa da Serra, a fim de validar a respetiva entrega, no prazo máximo de dez dias, contados da data de realização das compras/pagamento da mensalidade.
2. Os comerciantes e IPSS aderentes deverão fazer prova, perante o Município de Pampilhosa da Serra, que não se encontram em dívida perante a Autarquia, a Fazenda Nacional e a Segurança Social, remetendo as competentes certidões de inexistência de dívidas.
3. Poderão aderir à presente iniciativa os comerciantes que possuam estabelecimentos comerciais devidamente licenciados, com sede no concelho de Pampilhosa da Serra, e que neles comercializem os bens a que alude o nº 4 do artigo 3º do presente documento, bem como as IPSS com sede no concelho de Pampilhosa da Serra que possuam as valências de creche e jardim de infância.
4. A todos os comerciantes e IPSS que preencham os requisitos referidos no número anterior será enviado um convite de adesão à presente iniciativa. Após a sua receção, o comerciante e IPSS dispõe de um prazo máximo de dez dias úteis para manifestar, expressamente e por escrito, a intenção de adesão. Ultrapassado que seja tal prazo sem que seja manifestada expressamente a intenção de adesão, o Município considerará tal omissão como recusa de adesão à presente iniciativa.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

PESSOA COLETIVA DE DIREITO PÚBLICO n.º 506 811 883

ARTIGO 7º

(Legitimidade para requisição do apoio)

Podem requerer o apoio:

- a) Em conjunto, ambos os progenitores, caso sejam casados ou vivam em união de facto, nos termos da Lei;
- b) O progenitor que tiver a guarda da criança;
- c) Qualquer pessoa a quem, por decisão judicial ou administrativa das entidades ou organismos competentes, a criança esteja confiada.

ARTIGO 8º

(Beneficiários)

Para efeito do disposto no presente documento, no sentido de beneficiar do apoio à natalidade ora consignado, são considerados os descendentes em linha reta (filhos), que vivam em economia comum e pertencentes ao mesmo agregado familiar, que habite efetivamente no concelho de Pampilhosa da Serra.

ARTIGO 9º

(Condições de atribuição do apoio)

1. São condições cumulativas de atribuição do apoio à natalidade:
 - a) Que a criança se encontre registada como natural do concelho de Pampilhosa da Serra;
 - b) Que o agregado familiar, ao qual a criança beneficiária pertence, habite efetivamente no concelho de Pampilhosa da Serra, no mínimo nos seis meses anteriores à data do nascimento da criança;
 - c) Que a criança beneficiária resida efetivamente com o requerente;
 - d) Que, pelo menos, um dos progenitores se encontre recenseado no concelho de Pampilhosa da Serra;
 - e) Que, pelo menos, um dos progenitores tenha domicílio fiscal no concelho de Pampilhosa da Serra;
 - f) Que o requerente, à data da candidatura, não possua quaisquer dívidas para com o Município de Pampilhosa da Serra, sejam elas provenientes de contratos de fornecimento de água, rendas, frequência da Componente de Apoio à Família, Ludoteca, ou outras.

2 – A efetivação do apoio, isto é, a atribuição dos vales de compras depende do cumprimento de todas as condições previstas no presente artigo e documento.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

PESSOA COLETIVA DE DIREITO PÚBLICO n.º 506 811 883

3 – A comprovada prestação de falsas declarações implica o indeferimento da candidatura e a devolução dos vales, se for o caso.

4 – Em caso de dúvidas, os serviços autárquicos poderão efetuar diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da veracidade das informações prestadas.

ARTIGO 10º

(Formalização do processo de atribuição do apoio)

1 - A atribuição do apoio será requerida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, através de impresso próprio a fornecer pelo Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, instruído com os seguintes documentos:

- Bilhetes de Identidade e NIF's ou Cartões do Cidadão dos membros do agregado familiar (tendo como referência o conceito de família nuclear constituída por pai, mãe e descendentes em linha reta, a seu cargo);
- Cartão de eleitor e certidão emitida pelos Serviços de Finanças, comprovativa da verificação do disposto na al. e), do nº 1 do artigo anterior;
- Boletim de Nascimento da criança beneficiária ou documento que comprove o registo da mesma;
- Atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia competente (onde conste expressamente o referido na al. b), do nº 1 do art. 9º) e cópia do recibo da água ou luz (referentes ao mês anterior) ou, em alternativa, informação do Gabinete de Ação Social que ateste que o agregado familiar em causa habita, efetivamente, no concelho de Pampilhosa da Serra;
- Informação do G.A.S. que ateste a verificação da situação referida na alínea f), do nº 1, do artigo anterior, por consulta aos serviços autárquicos responsáveis.

ARTIGO 11º

(Desconhecimento ou má interpretação)

O desconhecimento ou má interpretação do presente documento não poderão ser invocados para justificar o não cumprimento das suas normas.

ARTIGO 12º

(Casos Omissos)

As dúvidas de interpretação e os casos omissos no presente documento serão resolvidos pela Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra.

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

PESSOA COLETIVA DE DIREITO PÚBLICO n.º 506 811 883

ARTIGO 13º

(Entrada em vigor)

O presente documento produzirá efeitos a partir da data da sua aprovação em reunião da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e vigorará até ao dia 1 de dezembro de 2013. Com a entrada em vigor do presente documento considerar-se-ão revogadas as normas aprovadas na sequência da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal realizada em 27/12/2011.

Aprovado em reunião da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, realizada em 27/11/2012

O Presidente da Câmara Municipal



(José Alberto Pacheco Brito Dias)